

# EconomiABC

## Análise de Conjuntura



# OBSERVATÓRIO ECONÔMICO

Agosto/2014

# 6

Faculdade de Administração e Economia

Ciências Econômicas

# EconomiABC

## Análise de Conjuntura

**Universidade Metodista de São Paulo**  
**Faculdade de Administração e Economia**  
**Curso de Ciências Econômicas**  
**Observatório Econômico**

### **Reitor**

Prof. Dr. Márcio de Moraes

### **Diretor da Faculdade de Administração e Economia**

Prof. Dr. Luciano Venelli Costa

### **Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas**

Profa. Ma. Silvia Cristina da Silva Okabayashi

### **Coordenador de Estudos**

Prof. Me. Sandro Renato Maskio

### **Professores**

Prof. Me. Sebastián Alejandro Barrueco Escobar

### **Funcionária**

Bruna Romualdo Teixeira

### **Estagiários**

Matheus Gabriel Giusti Fernandes  
Vanessa Mayumi Ichiura

[www.metodista.br/observatorio-economico](http://www.metodista.br/observatorio-economico)

# 2

**A**s opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Observatório Econômico ou da Faculdade de Administração e Economia da Universidade Metodista de São Paulo.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

3

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PANORAMA ECONÔMICO	6
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	9
INFLAÇÃO	13
MERCADO DE TRABALHO	16
COMÉRCIO EXTERIOR	19
OPINIÃO	24

# APRESENTAÇÃO

**E**sta sexta edição do Boletim EconomiABC avalia o desempenho da economia da região do Grande ABC neste primeiro semestre de 2014 e algumas perspectivas para o restante do ano. Passada a Copa do Mundo realizada no Brasil e seus efeitos, os próximos meses serão marcados pelo debate eleitoral e as definições sobre os rumos da política econômica do governo eleito.

A região do Grande ABC também se insere neste debate, dada sua importância econômica e política. O Observatório Econômico, por meio de suas pesquisas e publicações, visa enriquecer o debate econômico na região e contribuir com o desenvolvimento econômico do Grande ABC.

Alunos envolvidos na elaboração do Boletim:

## COMÉRCIO EXTERIOR

Amanda Silva Godoy  
Gustavo Diaz Garcia

## FINANÇAS

Geovana Gonçalves Ferreira  
Willian Alves de Souza

## INFLAÇÃO

Anne Caroline Silva Oliveira  
Dalvino Torquato dos Reis Junior

## MERCADO DE TRABALHO

Cristiane Tiemi da Silva Ganaka  
Luís Henrique de Moraes Bezerra

## PANORAMA ECONÔMICO

Alex Paulo Lopes Nogueira  
Bruna Romualdo Teixeira

*Silvia Cristina da Silva Okabayashi  
Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas  
Universidade Metodista de São Paulo*

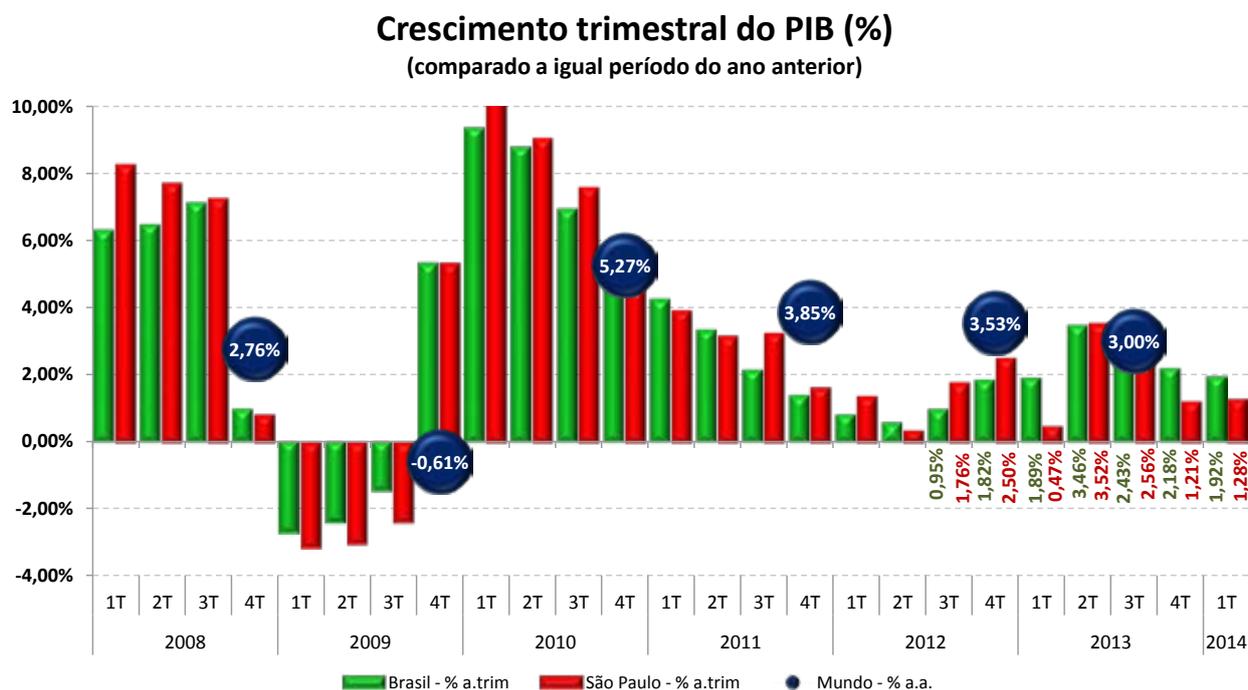
# 5

# PANORAMA ECONÔMICO

Os primeiros seis meses de 2014 mostram um crescimento inexpressivo da economia brasileira, tanto do lado da oferta, pela paralisação da produção industrial, como pelo lado da demanda, com a queda dos investimentos. De acordo com o IBGE, o PIB teve uma variação de 0,2% no 1º trimestre de 2014 em comparação ao 4º trimestre de 2013. Verifica-se uma situação de crescimento do setor agropecuário de 3,6%, do setor serviços de 0,4% e uma queda de 0,8% na indústria.

Se analisarmos os integrantes da demanda agregada pela ótica dos gastos, do 1º trimestre de 2014 vis a vis o 4º trimestre de 2013 verificaremos que o consumo das famílias permaneceu praticamente estável com uma leve redução de 0,1%; o consumo da administração pública teve um acréscimo de 0,7% e os investimentos (FBCF) apresentaram redução considerável de 2,1%. No setor externo, constatamos a redução das exportações de bens e serviços de 3,3% e a expansão das importações de bens e serviços de 1,4%.

Se olharmos os dados acumulados num período mais longo, digamos os quatro últimos trimestres analisados, o PIB mostrará um crescimento de 2,5% em comparação com os quatro trimestres imediatamente anteriores.



FONTE: FMI, IBGE e SEADE

Em julho, o governo admitiu, em nota, que o crescimento esperado para o ano de 2014 é de apenas 1,8%. As previsões do mercado são bem mais pessimistas.

Um panorama econômico descrito brevemente com os dados acima nos mostra uma situação delicada para o país e um desafio para qualquer administrador público que as urnas nas próximas eleições aprovarem.

Os fundamentos macroeconômicos da economia brasileira, apresentados no quadro abaixo, fornecem a dimensão do desafio.

### Indicadores Macroeconômicos: Brasil

	2013	2014
Crescimento Econômico	2,49%	1,8% <sup>1</sup>
Inflação (a.a)	5,91%	6,52% <sup>2</sup>
Taxa de Juros - selic (a.a)	10,0%	11,0%
Balança Comercial (US\$ FOB)	2,55 bi	(2,49) bi <sup>2</sup>
Transações Correntes (US\$ FOB)	(81) bi	(43) bi <sup>2</sup>
Superávit Primário (% PIB ac. 12 meses)	1,88% PIB	1,36 % PIB <sup>2</sup>
Déficit Nominal (% PIB ac. 12 meses)	3,25% PIB	3,63 % PIB <sup>2</sup>
Dívida Pública Líquida (% PIB)	33,6% PIB	34,9% PIB <sup>2</sup>
Geração de Emprego	1.117.171	588.671 <sup>2</sup>

1 - expectativa do Governo para o ano de 2014, divulgada em julho de 2014 .

2 - primeiro semestre de 2014 .

FONTE: Banco Central do Brasil, MTE, MDIC, IPEADATA

No final do mês de julho, o governo revisou para baixo a expectativa de crescimento da economia brasileira para 1,8%. As últimas atas do Copom projetam uma inflação de aproximadamente 6% para este ano, o que explica a tendência, no mínimo, de manutenção da taxa básica de juros em 11% a.a..

As expectativas do mercado, em especial as divulgadas no relatório FOCUS, são bem piores.

O saldo das contas públicas, acumuladas nos últimos 12 meses, soma um superávit primário de 1,36% do PIB, menor que o 1,88% do PIB acumulado em 2013 e abaixo dos 3,1% do PIB projetados inicialmente pelo governo para o ano.

Entretanto, os resultados nominais das contas públicas, que consideram o resultado primário e as despesas com juros, registram déficit de aproximadamente 3,63% do PIB, o

7

que resulta na necessidade de endividamento.

Com relação às contas externas, a Balança Comercial vem sendo deteriorada desde o ano passado. O primeiro semestre deste ano registra um déficit de US\$ 2,5 bilhões (FOB). Com uma taxa de câmbio pouco competitiva, a produção interna é afetada negativamente, em especial na indústria, embora ajude a amenizar algumas pressões inflacionárias.

Como se não bastasse, o saldo de transações correntes tem apresentado resultados deficitários, nunca antes registrados na economia brasileira. Nos primeiros 6 meses de 2014, o déficit em transações correntes ultrapassa US\$ 43 bilhões.

Grande parte deste déficit tem sido financiada com a entrada de capital especulativo, atraído pela remuneração de uma das maiores taxas de juros do mundo.

Esta dependência pode se tornar mais complexa nos próximos meses, haja visto o anúncio do FED nos EUA, de que deixará de injetar dólares na economia, como tem feito desde a crise de 2008, elevando, também, a taxa de juros. Desde então houve um aumento da liquidez internacional que deverá ser reduzida nos próximos semestres.

Sem dúvida, o cenário com o qual o próximo chefe do executivo irá se deparar é desafiador. O caminho a ser traçado para promover um desenvolvimento sustentável, além consistência dos parâmetros macroeconômicos, passa sem dúvida pela melhora da educação, focando, principalmente, dois níveis de aprendizado: o fundamental e o médio, bem como o tecnológico.

"[...] o caminho para harmonizar o processo de retomada do crescimento com a redução dos desequilíbrios acumulados passa por ajustes no ambiente econômico que promovam o aumento da produtividade geral da economia, não apenas aquele relacionado à recuperações cíclicas da atividade, mas aos avanços estruturais associados a novos investimentos. Nesse sentido, os investimentos em infraestrutura são um caminho óbvio e necessário, capaz de dar ignição a uma nova etapa de crescimento econômico do país", Carta de Conjuntura do Instituto de Planejamento Econômico (IPEA), de junho de 2014.

# MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

**A**pesar da redução dos índices de inflação, nos últimos três meses, a acumulada no primeiro semestre é a maior se comparada aos seis semestres anteriores. De janeiro a junho a inflação acumulada foi de 3,75%.

Desde meados de 2013, o Banco Central vem adotando uma política com viés contracionista com vistas a conter a inflação, concretizada na elevação da taxa básica de juros. Somado a ampliação da inadimplência, estes têm ampliado o custo dos mecanismos de crédito.

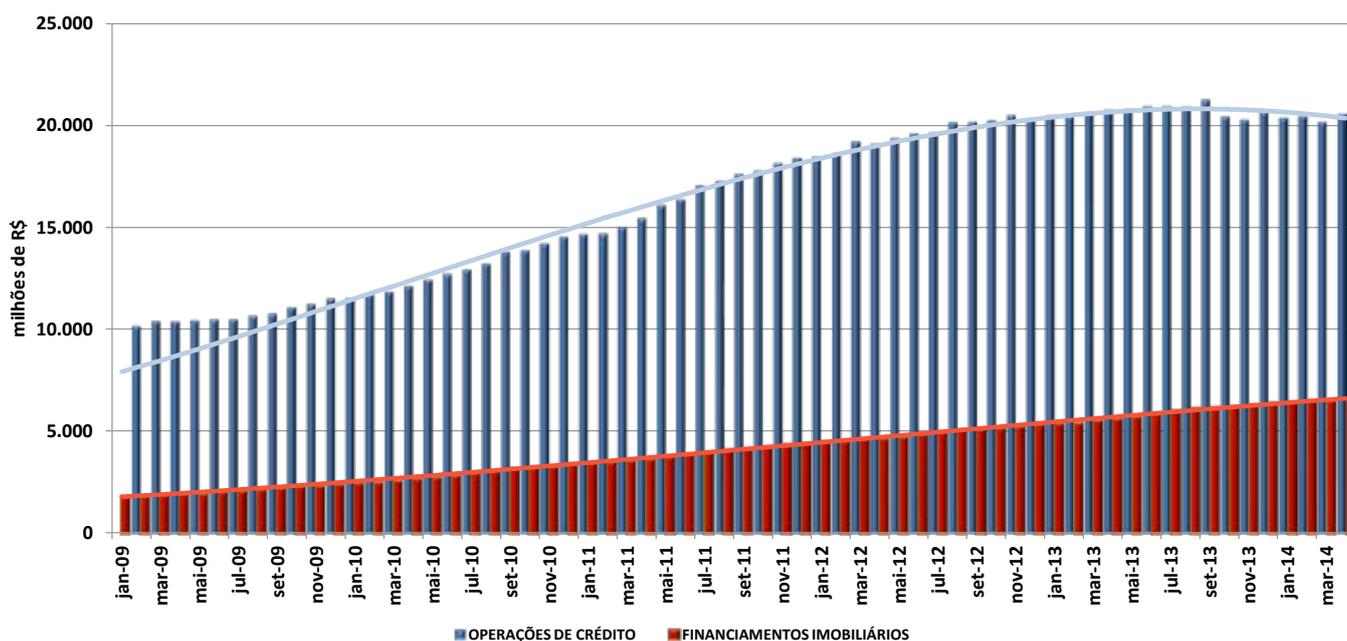
Neste cenário, a retração no volume de operações de crédito registrado nos últimos meses de 2013 persistiu neste ano, no Grande ABC. No primeiro quadrimestre, houve uma pequena retração de 0,91% no volume médio de operações de crédito mensal, comparativamente ao mesmo período do ano passado. Ao estender esta comparação para o período entre 2011 e 2014, tem ocorrido uma redução gradual anual na taxa de expansão das operações de crédito na região, até atingir uma variação negativa neste ano.

Embora não tenha apresentado uma retração nos primeiros meses deste ano, o volume de operações de crédito imobiliário também vem apresentando uma desaceleração no seu ritmo de expansão.

Entre os fatores que nos ajudam a entender a trajetória das operações de crédito, está a maior seletividade dos bancos para concessão de novos créditos, frente ao cenário de ampliação da inadimplência nos últimos meses.

Esta estagnação nas operações de crédito refletiu-se sobre a atividade comercial.

**Operações de crédito no Grande ABC**  
(milhões de R\$ de maio/2014 - deflacionado pelo IPCA)



FONTE: Banco Central do Brasil

No primeiro quadrimestre deste ano, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) realizada pelo IBGE, as vendas no comércio varejista aumentaram 4,95% comparadas ao mesmo período do ano anterior. Este resultado foi maior que a expansão de 3,01% observada no primeiro quadrimestre de 2013, ano em que a atividade comercial teve a menor expansão desde 2003.

No Estado de São Paulo, a atividade comercial cresceu 5,35% nos primeiros quatro meses de 2014, comparada à igual período de 2013, segundo a pesquisa realizada pelo IBGE.

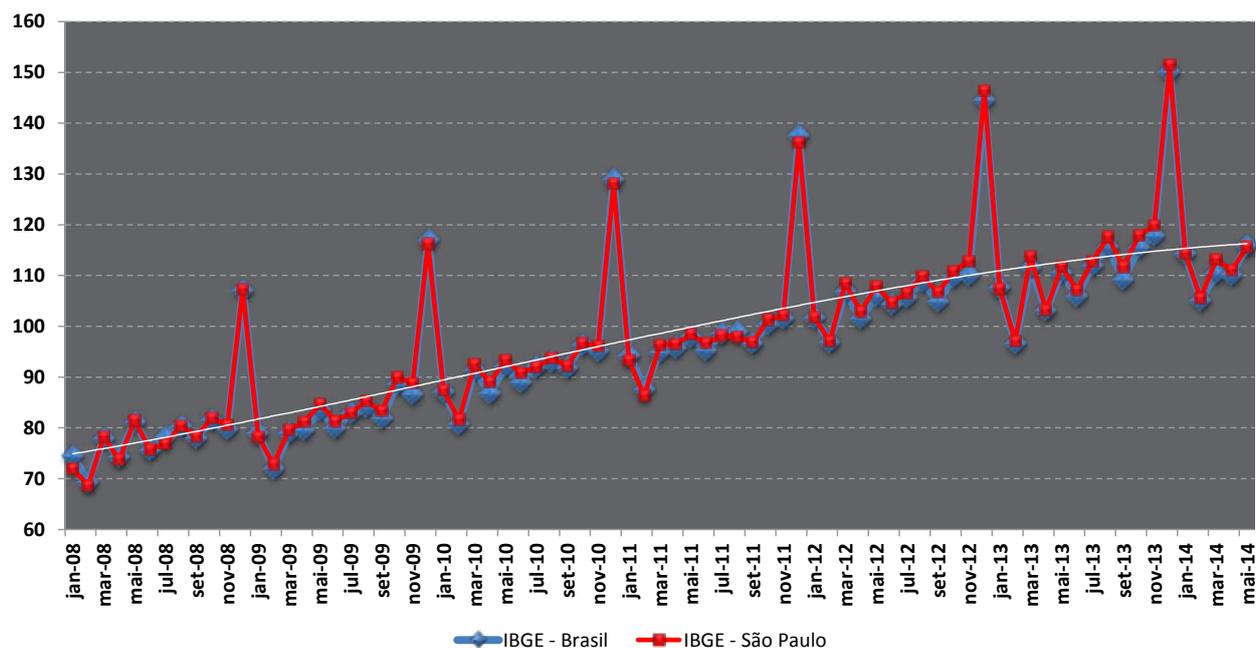
Entretanto, a expansão da atividade comercial entre janeiro e abril ainda está aquém do apresentado no mesmo período dos anos de 2011 e 2012. Neste momento, em que o foco da política monetária está voltado para a redução dos índices de inflação, o Banco Central não deseja que ocorra forte expansão da atividade comercial a ponto de pressionar os índices de preço. A pequena expansão da atividade comercial observada nos últimos meses é um dos componentes que nos ajudam a entender o porquê da inflação ter sido resistente, mesmo após a elevação da taxa básica de juros de 7,25% a.a. para 11% a.a.

Neste período, tanto o indicador de atividade comercial da Serasa Experian como a Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE apontam que os piores desempenhos foram dos setores de tecido e vestuário, de eletrodomésticos e informática e de veículos e motos.

A manutenção de baixas taxas de desemprego, o que provoca poucas variações no nível de renda circulante na economia, tem contrabalançado os efeitos da estagnação das operações de crédito sobre a atividade comercial.

As pesquisas de intenção de compras, realizadas no primeiro semestre de 2014, no Grande ABC, revelaram diminuição na disposição dos consumidores em utilizar mecanismos de crédito e redução na projeção de gastos no dia dos namorados e no dia dos pais.

### Atividade comercial (média de 2011 = 100)

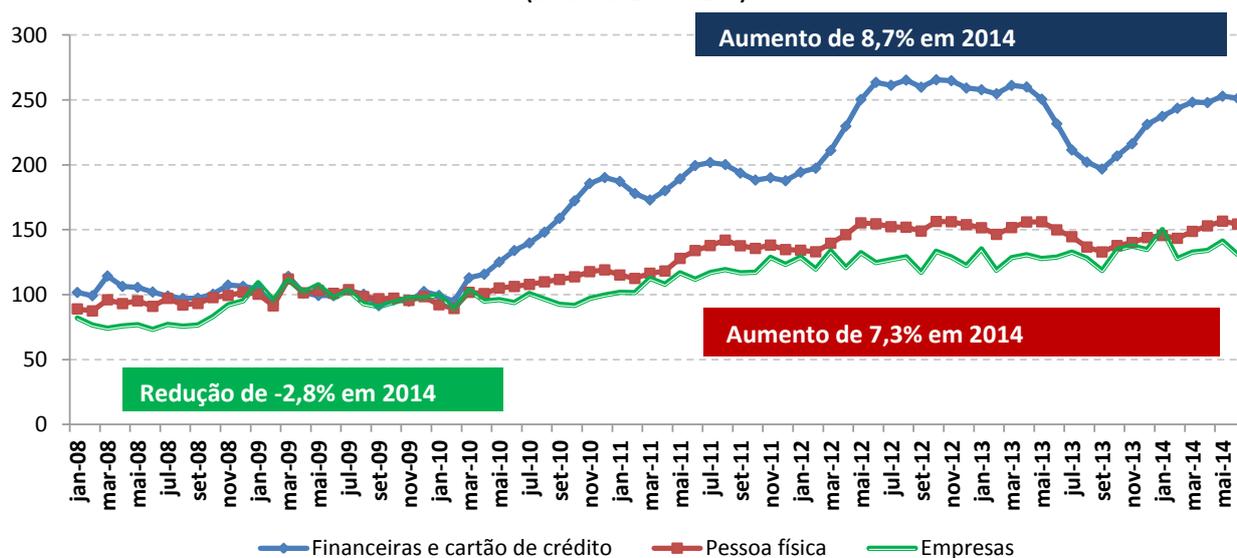


FONTE: IBGE

Com maior restrição ao crédito, a inadimplência também encarece o custo das operações e contribui para sua desaceleração. Segundo a pesquisa da Serasa Experian, nos primeiros seis meses deste ano, a inadimplência aumentou 7,3% junto às pessoas físicas. Nos últimos nove meses, este aumento foi de 16%, tendo sido de 27% junto às financeiras e operadoras de cartão de crédito. Em março deste ano, o endividamento médio das famílias brasileiras correspondia a cerca de 45,3% da renda anual, e o grau de comprometimento mensal da renda com serviços da dívida cerca de 21,3%, segundo o Banco Central.

## Inadimplência - região metropolitana de São Paulo

(média de 2009 = 100)



FONTE: Serasa Experian

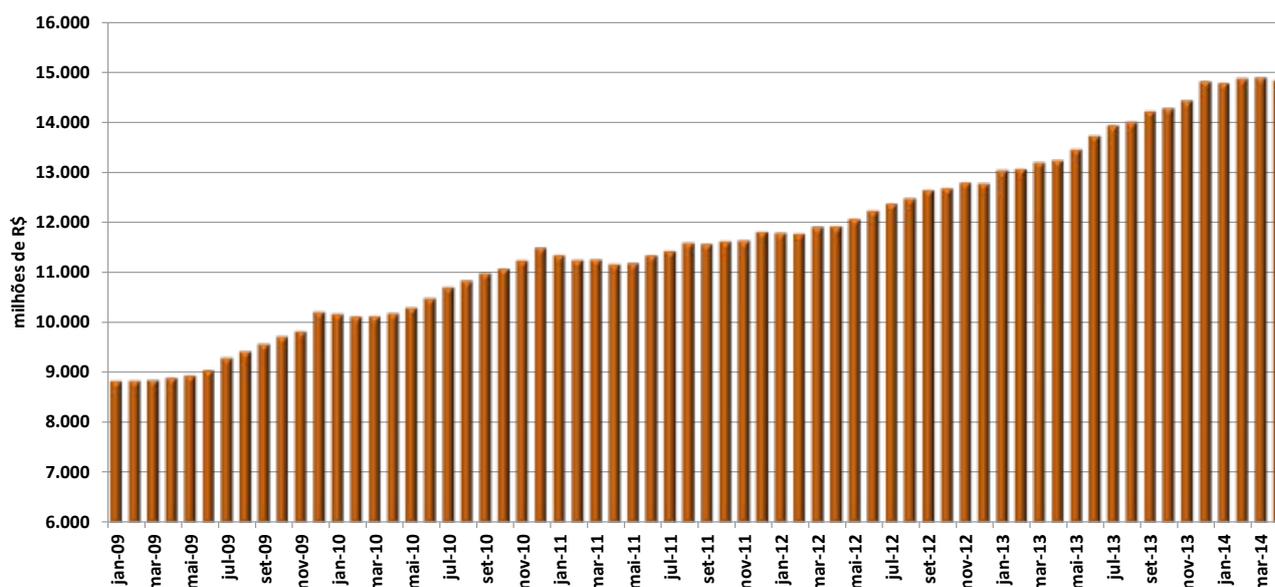
Entre dezembro de 2013 e junho deste ano o aumento da inadimplência das empresas apresentou um recuo de 2,8%. No entanto, quando comparado ao mês de setembro de 2013, quando foram registrados os menores níveis de inadimplência dos últimos 30 meses, há um aumento de aproximadamente 10%. Isso reflete não só a elevação do custo dos mecanismos de financiamento, mas, concretamente, a dificuldade financeira enfrentada pelas empresas. Nos primeiros 6 meses do ano, a demanda por crédito pelas empresas aumentou cerca de 5%, segundo pesquisa da Serasa Experian, especialmente pelas micros e pequenas empresas, mesmo com a redução observada no mês de junho.

TAXAS DE JUROS (% a.a.)								
	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14
Selic	10,75	11	7,25	10	10,75	11	11	11
TJLP	6	6	5	5	5	5	5	5
Capital de Giro	21,4	20,21	15,05	19,86	21,77	21,27	20,78	20,6
Cheque Especial	170,71	169,6	138,04	147,94	159,29	161,81	168,5	171,51

FONTE: Banco Central do Brasil

Por fim, o volume de poupança que estava apresentando uma trajetória de crescimento, mostrou-se estagnado nos primeiros meses de 2014, quando comparado ao saldo de dezembro de 2013. Ainda assim, o saldo médio mensal deste primeiro quadrimestre de 2014 é 13% maior que de igual período do ano passado.

**Depósitos em poupança no Grande ABC**  
(milhões de R\$ de maio/2014 - deflacionado pelo IPCA)



FONTE: Banco Central do Brasil

# INFLAÇÃO

No mês de julho, a inflação medida pelo IPCA, acumulada em 12 meses, atingiu 6,52%, ultrapassando o teto da meta estabelecida pelo Banco Central, de 6,50% a.a.

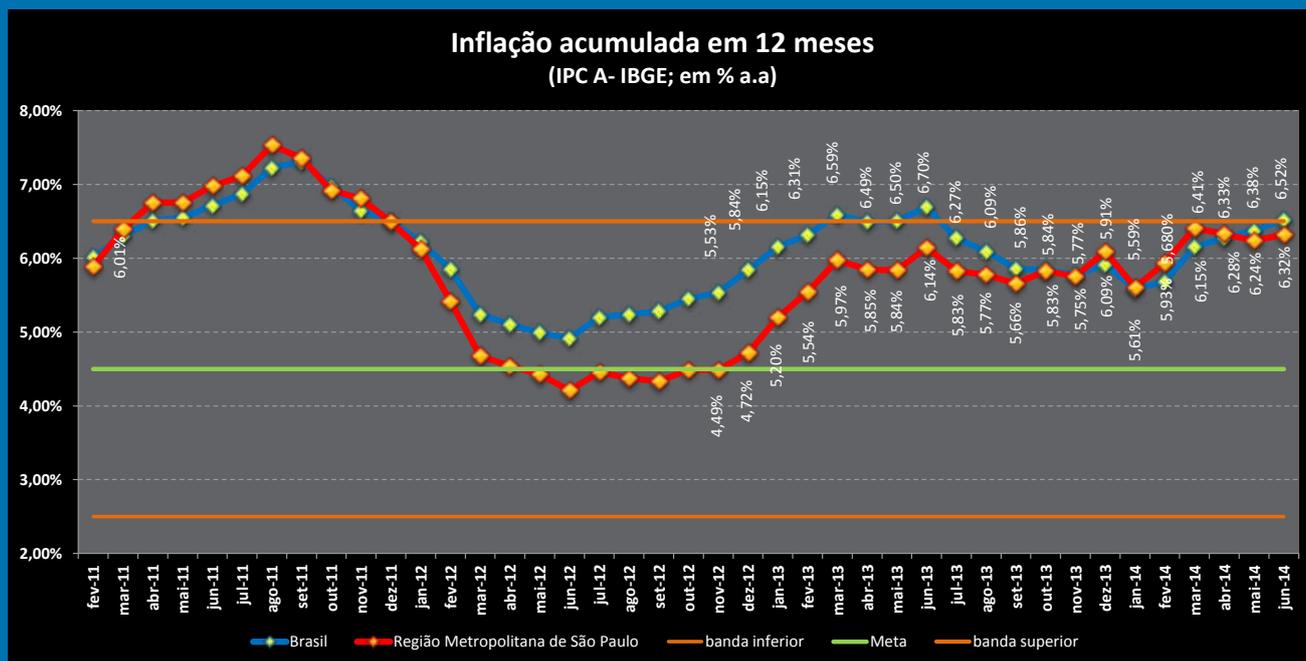
Em abril de 2013, quando a inflação acumulada chegou a 6,5% no ano, o Banco Central passou a adotar uma política monetária contracionista e iniciou o ciclo de elevação da taxa básica de juros que então era de 7,25% a.a.

Entretanto, mesmo com esta nova postura da política monetária, nos últimos 18 meses a inflação acumulada em 12 meses não ficou abaixo de 5,30% a.a; tendo ainda se elevado gradativamente nos últimos 5 meses. Por que, mesmo com a elevação de 3,75 pontos percentuais na taxa básica de juros nos últimos 15 meses, a inflação não cede?

Para o Banco Central, a política de elevação da taxa de juros começou a fazer efeito nos últimos meses, em que a taxa mensal de inflação foi menor que a dos meses anteriores, após o período de tempo necessário para a transmissão dos efeitos desta política sobre a demanda, visualizado na desaceleração das operações de crédito.

Para muitos analistas, em especial do setor financeiro, há o represamento da inflação embutida nos preços administrados, os quais o governo têm procurado segurar o máximo que pode. Nestes se incluem da tarifa de energia elétrica, da gasolina e de seus derivados, de medicamentos, entre outros. De acordo com o relatório FOCUS, que capta a avaliação do mercado sobre o comportamento da economia, a inflação esperada para o ano de 2015 é de cerca de 6% no ano, com aumento da taxa básica de juros para aproximadamente 12% a.a..

Complementarmente, há a discussão sobre a eficácia do remédio adotado para combater a inflação pelo lado da demanda, desprezando as pressões inflacionárias presentes no lado da oferta, causados pela baixa capacidade ociosa em alguns setores e baixa expansão da capacidade produtiva, a exemplo do setor de energia elétrica. Seguindo esta ótica, para muitos analistas, a persistência de elevados índices de inflação está no diagnóstico incorreto dos fatores que têm pressionado os preços.



FONTE: IBGE

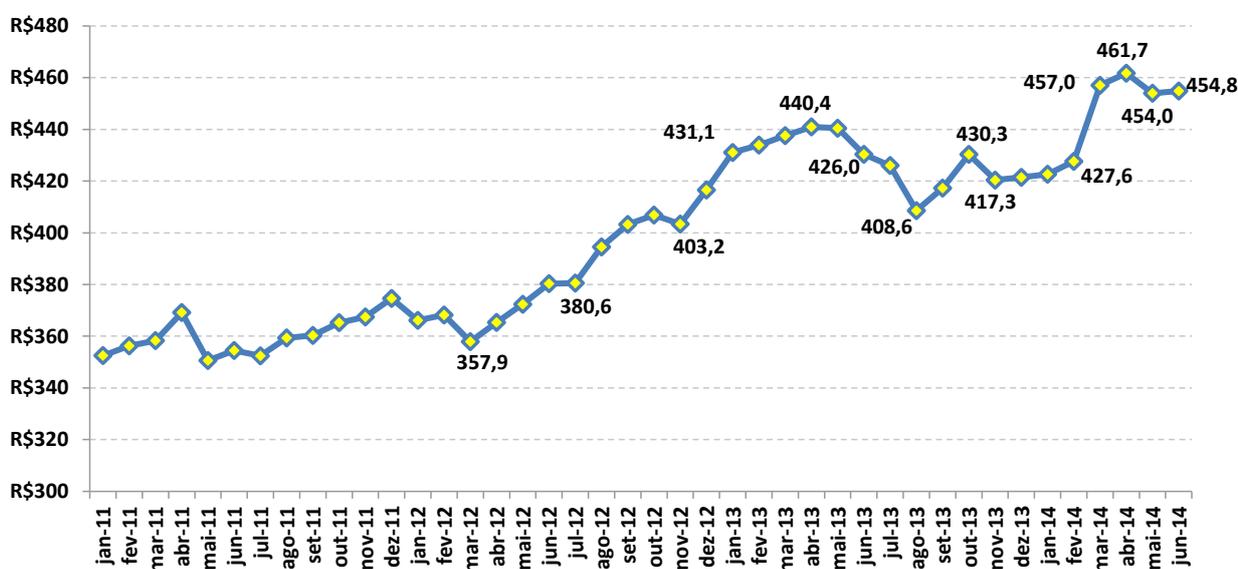
Na região metropolitana de São Paulo, a inflação apurada pelo IPCA tem ficado próximo ao teto da meta estabelecida pelo Banco Central. Em junho, a inflação acumulada em 12 meses na região ficou em 6,32%.

Não podemos esquecer que o centro da meta estabelecida pelo Banco Central é de 4,5%, com dois pontos de variação, acima e abaixo. Por isso, uma inflação de 6,5% está longe do centro da meta de 4,5%. Ressaltamos esta questão para não perdermos de vista o objetivo da própria política de metas estabelecida pelo Banco Central, correndo o risco de avaliarmos a política monetária a partir do teto da meta estabelecida.

No primeiro semestre deste ano, a inflação já acumulava 3,75% no país, e os grupos que mais pressionaram a inflação foram educação (7,34%), despesas pessoais (6,02%) e alimentação (5,07%), segundo dados IPCA/IBGE. Esta composição é semelhante para a região metropolitana de São Paulo. Com elevação dos preços dos alimentos, a cesta básica na região do Grande ABC ficou expressivamente mais cara.

Em janeiro deste ano, o preço da cesta básica era de cerca de R\$ 423, segundo a Companhia de Abastecimento de Santo André. Entretanto, em abril atingiu seu valor recorde na região, desde que começou a ser mensurada, ao somar R\$ 461. Para efeito de comparação, o valor da cesta básica de junho foi 5,69% mais cara do que há um ano.

**Cesta básica - região do ABC (em R\$)**



FONTE: CRAISA

A elevação do preço da cesta básica ocorreu especialmente nos meses de março e abril, incorporando algumas variações de preço provocadas pela entressafra e a variação de alguns custos de produção.

# MERCADO DE TRABALHO

**N**este primeiro semestre de 2014, os dados do Cadastro Geral de Empregos (CAGED) demonstram uma desaceleração no ritmo de geração de empregos, que já vinha ocorrendo desde o ano passado. No primeiro semestre de 2013, o Brasil gerou pouco mais de 826 mil empregos formais, ao passo que neste ano foram gerados até junho pouco mais de 588 mil empregos.

Se em 2013 a indústria de transformação foi um dos poucos setores a gerar mais empregos que no ano anterior, neste primeiro semestre, seu desempenho tem sido um dos mais módicos. O setor comercial também tem chamado atenção, pois já perdeu mais de 50 mil empregos formais só neste primeiro semestre, no país. Esta redução no ritmo de geração de empregos é explicada pelo baixo ritmo de expansão da atividade econômica dos setores. De acordo com o indicador de atividade econômica do Banco Central, o IBCr, o crescimento econômico médio neste primeiro semestre foi de 0,58%, comparado a igual período do ano passado, e de 1,93% nos últimos 12 meses.

No Grande ABC, houve a diminuição de quase 4.300 vagas de emprego neste primeiro semestre. As reduções estão concentradas nos setores da indústria de transformação e comércio, que perderam respectivamente 7.671 e 1.533 empregos formais. A diminuição de empregos na indústria já supera o observado em todo ano de 2012.

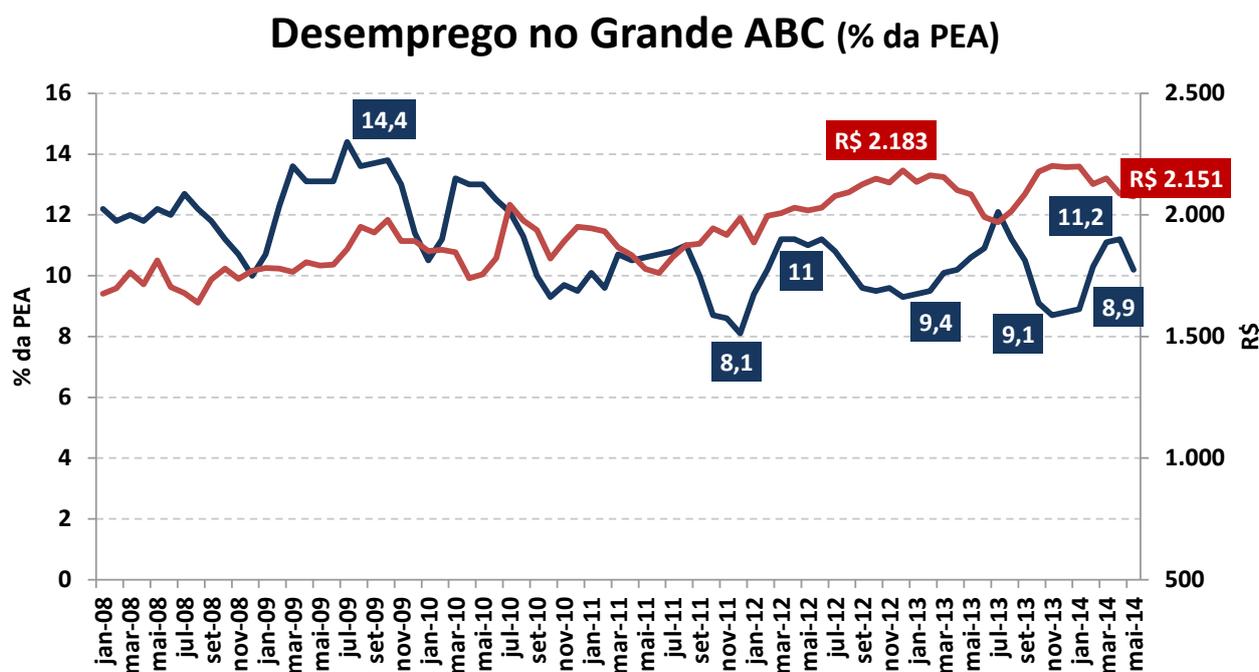
De acordo com dados do CAGED/MTE, somente os segmentos de fabricação de automóveis, caminhonetas e utilitários e o de caminhões e ônibus, foram responsáveis pela redução direta de mais de 3.200 empregos formais nos 6 primeiros meses do ano na região.

O resultado da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizada pelo SEADE na região também aponta uma redução no número de pessoas ocupadas na indústria de transformação ao longo de 2014. Esta pesquisa também revelou elevação no índice de desemprego da região, após ter chegado a 8,7% em novembro de 2013. Nos últimos três meses, houve uma pequena redução no índice de desemprego, que registrou 9,7% da

# 16

População Economicamente Ativa (PEA) em julho. Segundo o SEADE, esta redução se deu pela diminuição da PEA, especialmente entre os jovens.

Os dados de emprego no setor industrial apontam uma continuidade da retração do setor. Nesse primeiro semestre, o setor automobilístico sentiu significativamente os efeitos da crise cambial argentina e suas medidas protecionistas, que impactaram negativamente as exportações do setor no Grande ABC.



FORNTE: SEADE

Com as perdas de postos de trabalho, tanto a massa salarial como o salário médio do trabalho reduziram nesse primeiro semestre na região.

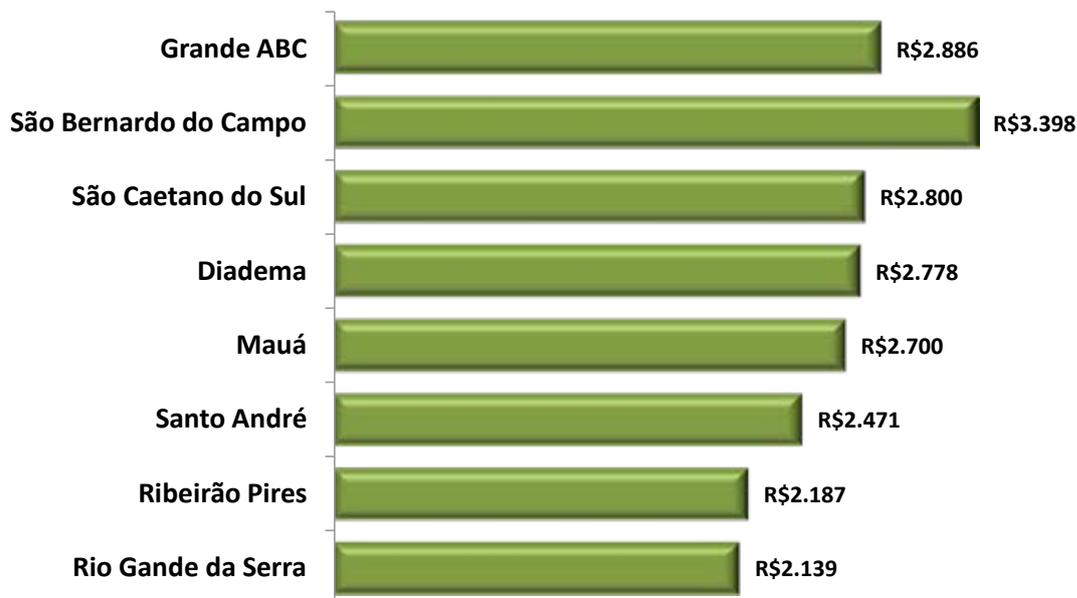
O salário médio real dos trabalhadores ocupados no Grande ABC foi de R\$ 2.076 em junho, sendo cerca de 5% menor que o salário médio da região vigente, nos últimos meses de 2013.

No mercado formal de trabalho o salário médio estimado teve uma pequena melhora neste primeiro semestre, de aproximadamente 5%, após a perda registrada no ano de 2013 no Grande ABC, segundo dados do CAGED e da RAIS.

Os gráficos a seguir apresentam os salários médios estimados no mercado formal de trabalho no Grande ABC.

Setorialmente, a indústria apresenta a maior capacidade de geração de valor adicionado, o que explica o maior salário médio comparativamente aos demais setores. Ao mesmo tempo, a continuidade da perda de empregos no setor, observada em 2012, 2013 e início de 2014, gera apreensão, não só por sua posição na cadeia produtiva, mas também pela capacidade do setor gerar renda na região.

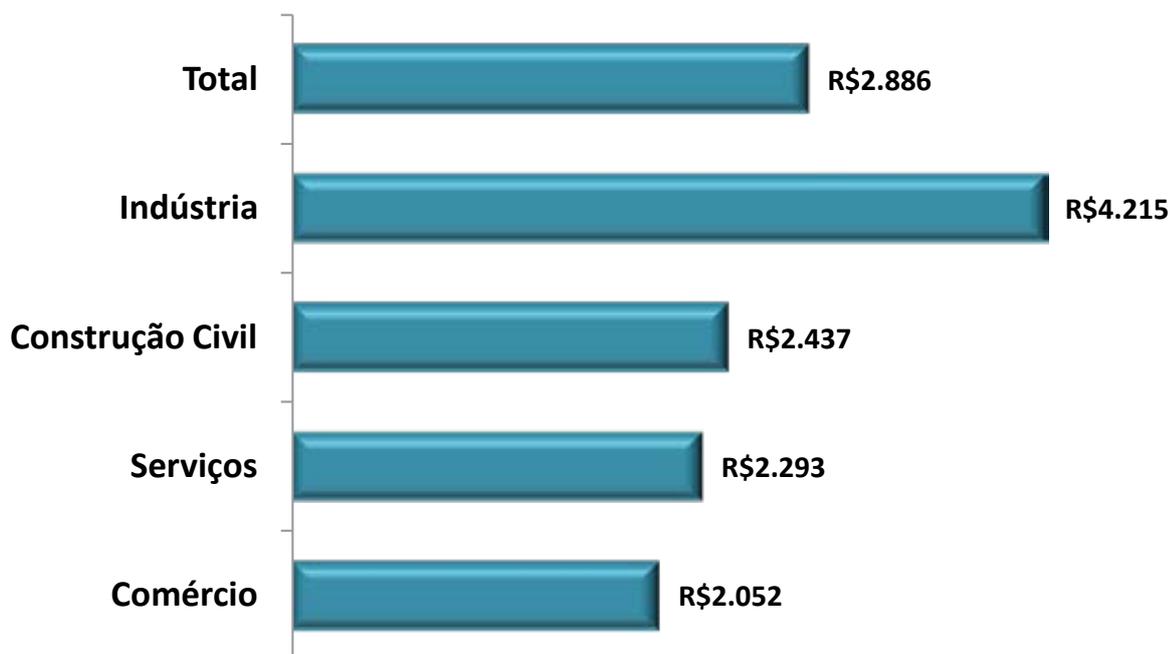
### Renda do emprego formal - Jun/2014



FONTE: CAGED/RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego

Setorialmente a indústria tem o maior salário médio no mercado fomal de trabalho, superior a R\$ 4.200 comparativamente aos demais setores. Outro ponto importante a ser observado é a elevação dos salários na construção civil, tornando-se maior que no setor de serviços. Dado o elevado salário médio do setor e a massa de renda que movimenta, a perda de empregos na indústria gera apreensão sobre os impactos desta redução nos demais setores da economia.

## Renda do emprego formal no GABC - Jun/2014



FONTE: CAGED/RAIS – Ministério do Trabalho e Emprego

É interessante observar que ao mesmo tempo em que o aumento do desemprego pressionou uma pequena queda dos salários no mercado de trabalho, no mercado formal em que estão os empregos de maior qualidade, ainda que tenha ocorrido perdas de postos de trabalho, o salário médio não diminuiu. Um dos fatores que tem possibilitado a manutenção destes é a escassez de mão de obra qualificada, que tem pressionado o seu custo no mercado.

# COMÉRCIO EXTERIOR

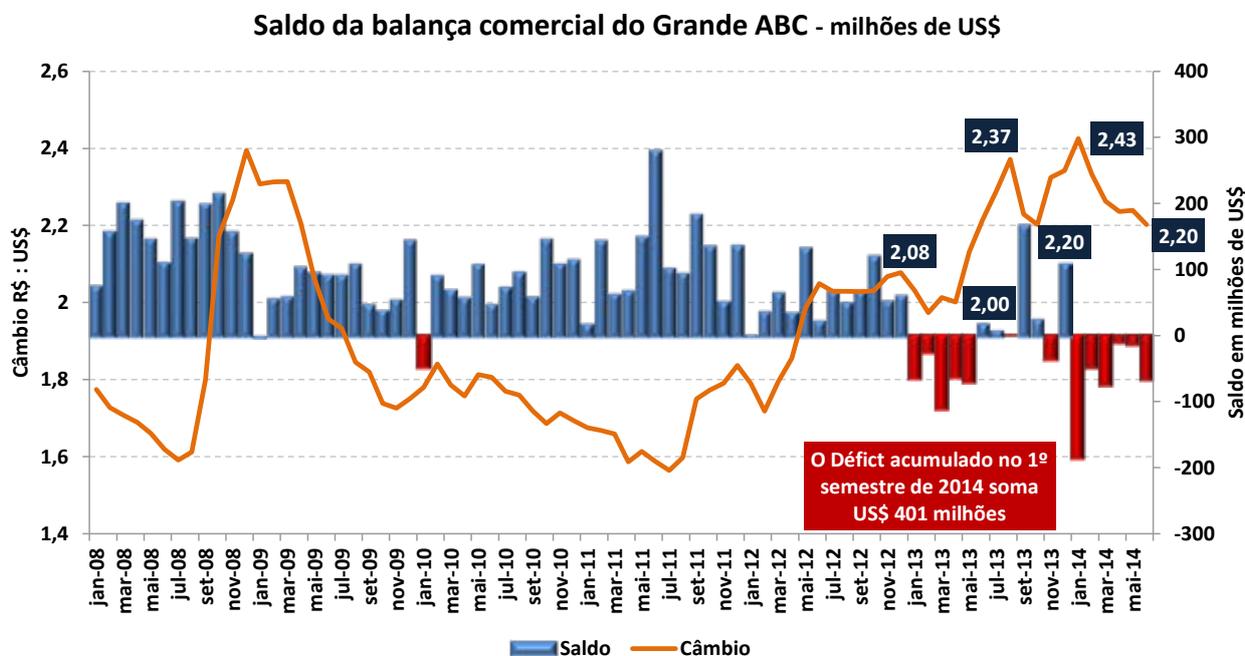
Semelhante ao ocorrido no ano passado, o primeiro semestre deste ano fechou um déficit na balança comercial da região de aproximadamente US\$ 401 milhões (FOB). Após ter registrado um déficit no ano de 2013, com a retração das exportações, especialmente no segmento automobilístico, tudo indica que o resultado se repetirá em 2014.

No plano nacional, pelo segundo ano consecutivo, a Balança Comercial apresentou um déficit no primeiro semestre, sendo de aproximadamente US\$ 2,5 bilhões (FOB) neste ano,

# 19

ante mais de uma década de superávits no mesmo período.

Embora as exportações e as importações tenham diminuído no primeiro semestre deste ano, a valorização de cerca de 10%, entre janeiro e junho, tornaram nossas exportações menos competitivas, o que dificulta a recuperação do saldo da Balança Comercial.



FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Entretanto, sem a valorização do Real e o barateamento do custo dos importados, haveria maior pressão sobre a inflação, que já ultrapassa a meta superior de 6,5% no acumulado de 12 meses.

No Grande ABC, o primeiro semestre registrou uma redução na corrente de comércio exterior, assim como ocorreu no Brasil. Entretanto, a redução das exportações (-18,3%) foi maior que das importações (-14,2%).

Ao longo de 2013, enquanto as importações cresceram 18,45% em comparação ao ano anterior, as exportações aumentaram apenas 4,86% no Grande ABC. Esta posição resultou em um aumento de aproximadamente 25% no déficit da Balança Comercial no período.

**COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DO GRANDE ABC**  
Janeiro - Junho de 2014

	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		SALDO	
	US\$ FOB	Var. %	US\$ FOB	Var. %	US\$ FOB	Var. %
<b>BENS DE CAPITAL</b>	<b>724.328.005</b>	<b>-12,3%</b>	<b>633.174.736</b>	<b>-6,3%</b>	<b>91.153.269</b>	<b>-39,4%</b>
Equip. transporte de uso industrial	585.566.911	-12,7%	631.433.346	-6,3%	(45.866.435)	1368,2%
Bens de capital (exceto o anterior)	138.761.094	-10,5%	1.741.390	12,6%	137.019.704	-10,7%
<b>BENS DE CONSUMO</b>	<b>315.131.465</b>	<b>-40,2%</b>	<b>211.071.166</b>	<b>-45,7%</b>	<b>104.060.299</b>	<b>-24,7%</b>
Duráveis	203.365.469	-49,1%	174.721.865	6,9%	28.643.604	-87,9%
Não duráveis	111.765.996	-12,1%	36.349.301	-83,9%	75.416.695	-177,0%
<b>BENS INTERMEDIÁRIOS</b>	<b>1.538.916.190</b>	<b>-12,9%</b>	<b>2.128.974.929</b>	<b>-11,6%</b>	<b>(590.058.739)</b>	<b>-8,0%</b>
Insumos industriais	1.104.494.521	-14,3%	898.192.526	-12,1%	206.301.995	-22,7%
Peças e acess. de equipamentos transp.	360.700.547	-12,7%	1.196.802.389	-11,5%	(836.101.842)	-11,0%
Alimentos e bebidas dest. indústria	684.650	-33,0%	28.551.037	-12,7%	(27.866.387)	-12,1%
Bens diversos	73.043.472	12,7%	5.428.977	189,6%	67.614.495	7,4%
<b>COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES</b>	<b>14.818.381</b>	<b>-69,1%</b>	<b>17.160.332</b>	<b>46,1%</b>	<b>(2.341.951)</b>	<b>-106,5%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.593.194.041</b>	<b>-18,3%</b>	<b>2.990.381.163</b>	<b>-14,3%</b>	<b>(397.187.122)</b>	<b>25,6%</b>

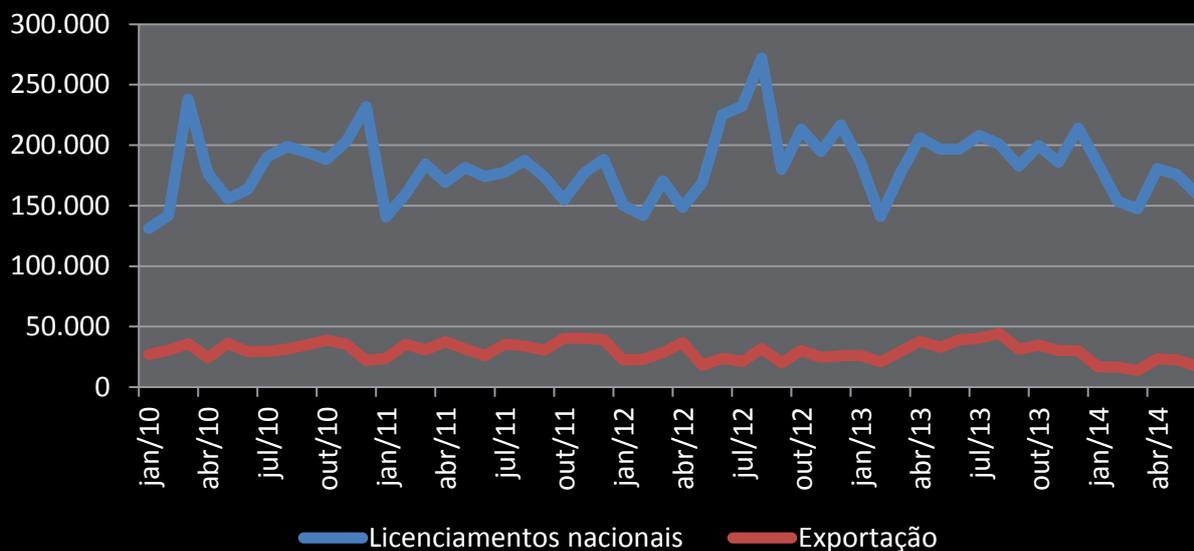
FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Esse primeiro semestre foi marcado também pela crise cambial argentina e as medidas protecionistaistas dos "hermanos", que prejudicaram o setor automobilístico brasileiro e também o Grande ABC.

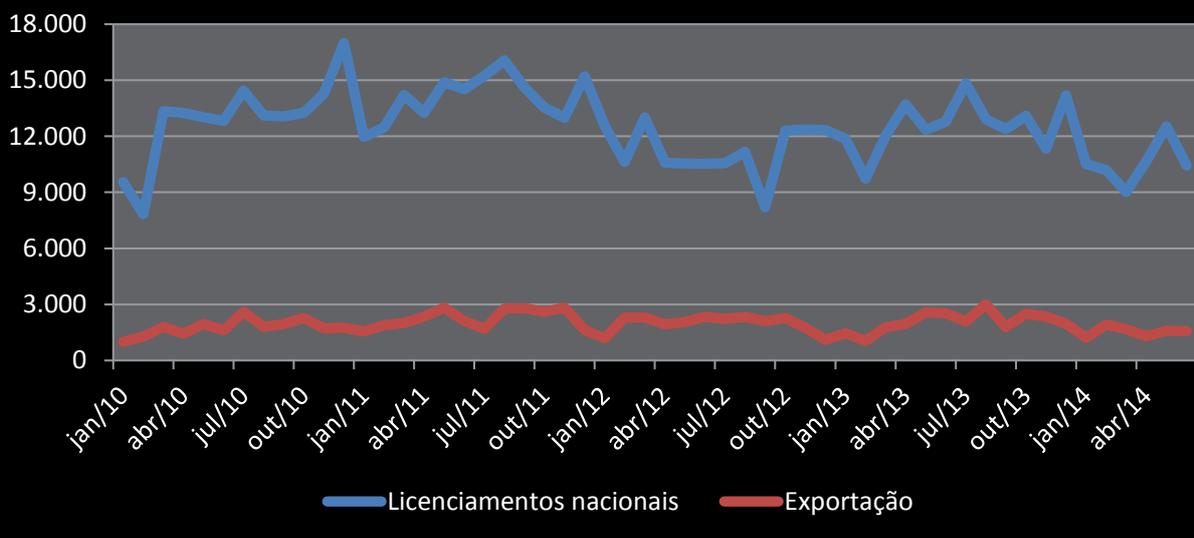
A maior redução relativa nas exportações foi a de bens duráveis, em especial, do setor automobilístico; e a principal redução nominal nas exportações foi de peças e acessórios de equipamentos de transporte.

O setor automobilístico brasileiro sofreu tanto com a redução das vendas no mercado interno - redução no licenciamento de automóveis e de caminhões - como no mercado externo - redução das exportações de automóveis e de caminhões. Por isso, este foi o setor que apresentou o pior desempenho no mercado de trabalho regional, com a redução de mais de 3 mil empregos formais.

### Licenciamento e exportação de automóveis: unidades por mês no Brasil



### Licenciamento e exportação de caminhões: unidades por mês no Brasil



FORNTE: ANFAVEA

Alguns dos dados referentes ao período recente, como a deterioração do saldo de Balança Comercial, a retração na expansão das operações de crédito, a estagnação da massa salarial e a redução no número de empregados na indústria, revelam fortes indícios de que o Grande ABC apresentará uma recessão no ano de 2014.

Não só o mercado, mas o próprio governo admite que em 2014 deverá haver uma inflação em torno de 6% e um crescimento de aproximadamente 1,8% do PIB, que são muito mais modestos que a previsão inicial do próprio governo.

O próximo chefe do executivo nacional, independente de quem ganhe a eleição, terá o desafio de implementar uma política recessiva para não permitir o avanço da inflação e que consiga estancar os desequilíbrios nas contas públicas e nas contas externas, o que pressiona a necessidade de financiamento da economia, com significativos reflexos sobre a taxa de juros e a política monetária.

## 20 ANOS DO PLANO REAL

A data de comemoração do plano de estabilização monetária, denominado “Plano Real”, é controversa, devido ao próprio desenvolvimento das necessárias etapas até o surgimento da nova unidade monetária: o Real (R\$). Em 27 de fevereiro de 1994, foi publicada a Medida Provisória nº 434. Tal Medida Provisória estabeleceu a Unidade Real de Valor (URV), determinou regras de conversão e uso de valores monetários, iniciou a desindexação da economia e determinou o lançamento de uma nova moeda, o Real, em 1º de julho de 1994.

Podemos considerar que a implantação do plano foi um processo que se iniciou já no governo de Itamar Franco - que assumiu a presidência devido ao impeachment de Collor de Mello - com a criação do cruzeiro real (CR\$), em agosto de 1993, cortando-se três zeros da moeda em vigor naquela data. Entretanto, a data simbólica do Plano Real é a do lançamento da unidade monetária que lhe dá o nome (R\$ 1 = US\$ 1). Toda a moeda antiga foi trocada levando-se em conta a paridade determinada nesse dia de CR\$ 2.750,00 para cada R\$ 1.

A estabilização monetária numa economia está intimamente relacionada à elevação generalizada dos preços de bens e serviços por um período de tempo prolongado, isto é, a inflação, já que o equilíbrio monetário é fundamental para deter este processo de elevação dos preços e as consequências deste fenômeno para a economia.

Em relação às consequências da inflação elevada, podemos citar o problema criado aos agentes econômicos em geral, sejam empresas, pessoas ou o próprio governo. As empresas se defrontavam com vários problemas gerados pelo aumento de preços. Em 1993, o IPCA registrou 2.477%, tal situação forçava as empresas a levar uma dupla contabilidade: utilizando a moeda corrente da economia (CR\$) e uma moeda estável (US\$), a primeira utilizada para efeitos legais, pagar impostos, por exemplo, e a segunda para definir políticas estratégicas da empresa. Isto é, decisões de curtíssimo, médio ou longo prazo como: determinar preços de seus produtos, controlar e valorizar os estoques de insumos e produtos acabados, e definir planos de investimentos etc.

Já as pessoas que, em sua grande maioria, auferiam rendas fixas, como os salários, o

problema era bem maior, posto que como não contavam com um mecanismo de proteção adequado, o que estava em jogo, para eles, era a própria inadimplência, insolvência, devido à perda do seu poder de compra. Ou seja, o valor real do seu salário, ou dito de outro modo, seu salário nominal comprava menos bens e serviços no decorrer do tempo. O governo, tentando se defender elevou os juros básicos o que, por sua vez, inibia mais ainda os investimentos.

As causas da inflação para alguns economistas se devem ao excesso de demanda; para outros a elevação dos preços é causa pelos repasses aos preços finais do aumento nos custos; outros ainda argumentam que a inflação é resposta a uma deficiente estrutura produtiva e institucional, daí as conhecidas "inflação de demanda", "inflação de custos" e "inflação estrutural".

Os diferentes planos de estabilização monetária, incluindo o Plano Real, além de considerar, como causa primeira, uma pressão de demanda ou um choque de oferta, como por exemplo, o aumento do preço do petróleo, existia outro componente que perpetuava estes choques de preços fazendo que a inflação persistisse no tempo, é a chamada "inflação inercial".

Este tipo de inflação inercial foi diagnosticada por economistas brasileiros, como Pêrsio Arida, André Lara Resende, Edmar Bacha, Francisco Lopes entre outros, que participaram de uma maneira ou de outra na elaboração de uma série de planos anti-inflacionários tomando como base esta teoria e culminando no Plano Real. Trata-se da indexação ou correção dos preços, generalizada na economia – todos os preços, impostos, contratos, salários e aluguéis acabam sofrendo reajustes de acordo com um ou alguns índices de preços, que medem a inflação.

A engenharia econômica, financeira, jurídica e política implantada pelo Plano Real, eliminando esta correção de preços que havia se tornado uma verdadeira cultura de proteção dos agentes econômicos, trouxe a inflação aos patamares de um dígito, tal como a atual.

Essa série de reformas econômicas e financeiras, que permitiram debelar a superinflação não está completa, já que a estabilidade econômica e monetária é necessária, mas não suficiente para garantir o desenvolvimento econômico. Para terminar, é necessária uma segunda reforma como afirma Pêrsio Arida: "É chegada a hora de implementar a segunda rodada de reformas e controlar o gasto público visando a reduzir a inflação para, digamos, 3% ao ano, e destravar a economia brasileira com juros reais baixos".

O mesmo Arida, um pouco adiante no seu artigo, diz que "apesar do pessimismo que vigora

hoje em dia, retomar a agenda da modernização é factível e certamente menos difícil do que foi implementar o Plano Real. Mas será que os nossos políticos saberão responder aos desafios do Brasil de hoje”?

Com a palavra, os brasileiros que darão sua resposta em outubro, nas urnas.

---

**Prof. Me. Sebastián Alejandro Barrueco Escobar**

Economista e professor do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Metodista de São Paulo e pesquisador do Observatório Econômico.



**A serviço do desenvolvimento do Grande ABC.  
Patrocine esta iniciativa!**

E-mail: [observatorio.economico@metodista.br](mailto:observatorio.economico@metodista.br)  
Tel: 4366-5035

27